

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>	<p>NP: 4elakvwn SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 16/07/2025 Projeto de resolução nº 602/2025 Protocolo nº 7751/2025 Processo nº 2326/2025</p>	
<p>Autor: Dep. Gilberto Cattani</p>		

Concede a Comenda Filinto Muller a Sra. Selma Rosane Santos Arruda.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com base no que dispõe o Art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º. Conceder a Comenda Filinto Muller a Sra. Selma Rosane Santos Arruda pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Comenda Filinto Muller é a insígnia da Ordem do Mérito Legislativo, destinada a homenagear personalidades brasileiras ou estrangeiras, civis ou militares, que, por seus méritos pessoais ou relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso, se tenham feito merecedoras de público reconhecimento.

Nos termos do §1º do art. 5º, da Resolução 6.597/19, trata-se da mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo Estadual, integrando os homenageados à Ordem do Mérito Legislativo, como membros efetivos.

Selma Rosane Santos Arruda nasceu em 20 de janeiro de 1963, em Camaquã, no interior do Rio Grande do Sul. Formada em Direito pela UniRitter, em Porto Alegre, iniciou sua jornada profissional marcada por firmeza e convicção. Logo no início de sua carreira no Judiciário mato-grossense, ao ingressar como juíza em 1996, deixou claro que não seria uma figura passiva frente aos desafios da corrupção sistêmica que assolavam o estado.

Durante seus mais de vinte anos como magistrada, especialmente à frente da 7ª Vara Criminal de Cuiabá, Selma destacou-se nacionalmente ao conduzir com pulso firme operações de grande repercussão, como a *Operação Sodoma*, que resultou na prisão do então ex-governador Silval Barbosa, entre outros nomes influentes da política local. Seu estilo combativo e o enfrentamento direto a figuras poderosas do cenário estadual lhe renderam o apelido de "Moro de saias", em referência ao então juiz Sergio Moro.



Mas o preço dessa notoriedade foi alto: ameaças de morte constantes obrigaram o Tribunal de Justiça a lhe conceder escolta armada, composta por nove seguranças que a acompanhavam em tempo integral.

Em 2017, depois de duas décadas no Judiciário, Selma decidiu se aposentar. A justificativa oficial foi o desejo de continuar sua luta contra a corrupção, mas agora em um campo novo: a política. Em 2018, ingressou no PSL, partido pelo qual Jair Bolsonaro também se candidatava à presidência. Selma foi abraçada pela onda conservadora e anticorrupção que varreu o país naquele ano, sendo eleita senadora por Mato Grosso com uma expressiva votação — mais de 678 mil votos, a maior entre os candidatos do estado.

No Senado, manteve seu discurso firme em defesa da moralidade, da prisão após condenação em segunda instância e da rigidez nas leis penais. No entanto, sua passagem pela política institucional foi breve. Em menos de um ano de mandato, Selma foi alvo de um processo que culminaria na cassação do seu diploma.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e, posteriormente, o Tribunal Superior Eleitoral entenderam que ela havia cometido abuso de poder econômico ao não declarar gastos significativos realizados antes do período oficial de campanha — o chamado caixa dois eleitoral. Os valores ultrapassavam R\$ 1 milhão e foram utilizados, segundo o processo, para impulsionar sua imagem por meio de uma agência de marketing político, sem a devida prestação de contas.

A cassação foi unânime no TRE-MT e quase unânime no TSE (6 votos a 1). Além da perda do mandato, Selma foi declarada inelegível por oito anos. A narrativa construída por ela e seus apoiadores, entretanto, apresentou outra perspectiva: a de que Selma teria sido alvo de perseguição por ter ousado romper a lógica do “sistema”, atingindo políticos e empresários que até então não haviam sido tocados pela Justiça.

Em entrevistas e declarações públicas, a ex-senadora afirmou que foi punida por sua independência e por representar uma ameaça real às estruturas de poder profundamente enraizadas.

Após deixar o cargo em abril de 2020, quando foi realizada nova eleição suplementar para o Senado em Mato Grosso, Selma recuou da cena pública. O eleito para substituí-la foi Carlos Fávaro (PSD). Ainda assim, continuou atuando nos bastidores com posicionamentos firmes, e não escondeu sua frustração com o mundo político.

Em áudios vazados e entrevistas, Selma chegou a dizer que “os juízes não devem entrar para a política”, pois seriam invariavelmente esmagados pelas estruturas que haviam combatido anteriormente - uma mensagem que se estendia, segundo ela, a nomes como Sergio Moro e Deltan Dallagnol, também alvos de embates judiciais e políticos nos anos seguintes.

Hoje, Selma Arruda mantém-se longe dos holofotes, mas sua trajetória continua a levantar debates importantes sobre os limites entre Justiça e política, a seletividade das punições eleitorais e os riscos que envolvem a transição de figuras do Judiciário para o Parlamento.

Para uns, foi vítima do mesmo sistema que ousou enfrentar. Para outros, pagou o preço de sua inexperiência e erros estratégicos em um campo que exige domínio não apenas técnico, mas também político.

O que é certo é que Selma Arruda, gostem dela ou não, deixou uma marca indelével na história recente do Mato Grosso e do Brasil. Sua biografia é um exemplo emblemático das contradições que atravessam o país: o combate à corrupção institucionalizada pode consagrar heróis — mas também pode engolir aqueles que ousam desafiar o status quo sem redes de proteção.

Assim, um feito tão importante não poderia passar em branco nesta augusta Casa de Leis; razão pela qual,



entendemos que este projeto merece e receberá o apoio irrestrito de todos os demais parlamentares para sua aprovação.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 24 de Junho de 2025

Gilberto Cattani
Deputado Estadual